

**ARES DE PROGRESSO E CONSERVADORISMO:
REPRESENTAÇÕES DO GÊNERO FEMININO NA REVISTA
MANCHETE (1973)**

**AIRS OF PROGRESS AND CONSERVATISM: REPRESENTATIONS
OF THE FEMALE GENDER IN *MANCHETE* MAGAZINE (1973)**

**AIRES DE PROGRESO Y CONSERVADURISMO:
REPRESENTACIONES DEL GÉNERO FEMENINO EM REVISTA
MANCHETE (1973)**

Evelyn de Almeida Orlando

Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do curso de Licenciatura em Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: evelynorlando@gmail.com

Nicoli Ferreira de Mello

Mestranda em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: nicoli.mello1998@gmail.com

Neli de Lemos

Doutoranda em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: neli.lemos@pucpr.edu.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi61.65876>

Recebido em 18/11/2022

Aceito em 05/04/2023

Notandum, ano XXVI, 2023

CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Resumo

As aparentes ambigüidades existentes entre os ares de progresso e as várias faces do conservadorismo no Brasil são elementos que marcaram a História. Com isso, objetivamos discutir essas aparentes ambigüidades considerando os modos como foram representadas questões relacionadas às mulheres na Revista *Manchete* (1973). Para isso, utilizamos como metodologia a análise do discurso, tendo a revista como fonte histórica. A partir de estudos que englobam a História Cultural, História da Educação e História das Mulheres, concluímos que um projeto político, pedagógico, cultural e social esteve atrelado à produção e veiculação dessas representações por meio das revistas.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Revista *Manchete*.

Abstract

The apparent ambiguities between the airs of progress and the various faces of conservatism in Brazil are elements that have marked history. With this, we aim to discuss these apparent ambiguities considering the ways in which issues related to women were represented in Revista *Manchete* (1973). For this, we used discourse analysis as a methodology, having the magazine as a historical source. From studies that encompass Cultural History, History of Education and History of Women, we conclude that a political, pedagogical, cultural and social Project was linked to the production and dissemination of these representations through magazines.

Keywords: Gender. Education. *Manchete* Magazine.

Resumen

Las ambigüidades observadas entre los aires del progreso y las varias formas del conservadorismo en Brazil son elementos que han marcado la Historia. Por eso, nuestro objetivo incluyó discutirlos al considerarnos los modos como se fueran representadas las cuestiones que trataban de las mujeres en la Revista *Manchete* (1973). Así utilizamos para metodología la análisis del habla con base en la Revista como fuente histórica. A través de estudios que hablan de Historia de la Cultura, Historia de la Educación y Historia de las Mujeres hemos concluído que un proyecto político, cultural y social estaba junto y relacionado a la producción y colocación de las representaciones a través de las revistas.

Palabras clave: Género. Educación. Revista *Manchete*.

Introdução

Os anos de 1970 conferiram diversas transformações na História do Brasil, do ponto de vista social e cultural. Podemos compreender que o gênero¹ também esteve atrelado a um leque de mudanças durante esse período. No entanto, alguns elementos relacionados à questão de gênero não se alteraram, permaneceram enquanto críticas alimentando não apenas o discurso, mas uma cultura conservadora veiculada de diversas formas, inclusive pelos impressos. Objetivamos discutir essas aparentes ambigüidades considerando os modos como foram representadas questões relacionadas às mulheres na Revista *Manchete* (1973).

Esses impressos pedagógicos, como definimos a partir dos estudos de Orlando (2013), destacam as questões femininas envolvidas na produção e veiculação dessas revistas, bem como a contribuição dessa análise para a História da Educação.

As revistas foram consideradas companheiras do cotidiano de várias gerações. No Brasil dos anos 1970, por exemplo, a Revista *Manchete* tinha grande circulação no país com o objetivo

¹ A saber: o conceito de gênero é abordado neste artigo, algumas páginas à frente.

de evidenciar o crescimento econômico e os seus aspectos “positivos”, segundo Minadeo (2021). Independentemente de seu êxito editorial, a revista *Manchete* pode nos conceder diversas possibilidades de leitura sobre o ideário de gênero que circulava nos anos mais duros da Ditadura Militar, a saber os anos 1970.

Nesse sentido, foi selecionada a edição 1081 da revista, publicada no dia 6 de janeiro de 1973. Embora, reconheçamos o recorte lacunar, selecionamos esta edição em função de destacar elementos que nos impressionam ao pensarmos nos anos 1970. Ao folhearmos esta edição em específico, a dicotomia entre o “conservadorismo” e o “progresso” relacionada às questões relacionadas às mulheres ficou mais evidente que em outras edições.

Ao considerarmos a revista como fonte histórica e, tendo em vista seus projetos políticos, culturais e pedagógicos, nosso questionamento é: De que modo as mulheres ou as questões relacionadas a elas foram representadas na revista *Manchete*?

Para tanto, cabe destacar que “o uso de revistas como fonte histórica vem revelando que frases e imagens de periódicos pinçadas aqui e acolá, descosturadas do mergulho em seu tempo, — vale dizer, no imaginário construído ao seu tempo — não iluminam suficientemente o passado” (MARTINS, 2003, p. 60). É preciso entender o projeto político e editorial de um impresso assim como suas condições de produção e os projetos políticos aos quais está vinculado para que possamos compreender as condições de produção de determinados discursos por ele veiculados. Por isso, identificar a segmentação que norteia a revista, o seu público-alvo, os interesses, valores e técnicas de cooptação de mercado são primordiais na análise. Ou seja, a dinâmica que envolve o material, o sistema de produção, a circulação e o consumo não podem ser ignorados.

Ao mesmo tempo, o texto e a imagem presentes na revista devem ser levados em consideração na análise do discurso. Para Mauad (2008), as combinações entre os textos e as imagens revelam valores, ideias, tradições e os descrevem dentro de um jogo entre tempos e imagens, ao relatarem o passado no presente e construindo um passado composto pela contemporaneidade, a partir do diálogo estabelecido.

Ao relacionarmos com a análise do discurso, Orlandi (2001, p. 39) destaca que “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados e possíveis”. Isto é, o discurso aliado ao texto e as imagens não estão deslocados entre si, mas correspondem a elementos históricos primordiais na análise da revista como fonte histórica, no cruzamento entre ambos.

O aporte teórico principal consistiu em: Scott (1995), Soihet (1997) e Rago (1995) ao abordar gênero, Chartier (1992, 1985) sobre representação, Burke (1991) e Fonseca (2018) que tratam da História Cultural, Hobsbawm (1994), Schwarcz e Starling (2015), Ferreira (2018), Barros (2017) e Pinsky (2015) acerca do contexto político, social e cultural dos anos 1970. Já ao tratar-se de nosso aporte metodológico, destaca-se Mauad (2008), Martins (2003), Paula (2018) e Orlandi (2001) para pensar as revistas. E por fim, ao tratar-se de História da Educação e Impresses, destacamos o uso dos estudos de Orlando (2013, 2017) e Galvão e Lopes (2011).

Dessa forma, o artigo inicia-se com a abordagem que trata da História Cultural, representação e gênero e segue com a análise da representação das mulheres na revista *Manchete*, em sua edição 1081, publicada em 1973.

A História cultural, representação e gênero - conceituações fundamentais

Há, aproximadamente, trinta anos que convivemos no Brasil com novas reflexões e debates na área da historiografia contemporânea, impulsionadas pela revista dos *Annales*, na França, em 1929 e alcançando as denominações mais recentes, propostas por Peter Burke, em 1991. Para Fonseca (2018), herdeira da História das Mentalidades, a História Cultural (antes denominada de “Nova História” por Burke), buscou tratar de questões ignoradas pelos modelos historiográficos que se pautavam no positivismo do século XIX.

Como efeito, segundo a autora, a História Cultural, vista como um campo metodológico, abriga diferentes correntes historiográficas que incluem, por exemplo, a leitura, a escrita, a micro história e a História Política que, colocada no conjunto da Historiografia Contemporânea, permite-nos a reflexão do lugar da História da Educação e de suas relações com as várias possibilidades de abordagem. Nesse sentido, ao caracterizarmos as relações entre a História Cultural e a História da Educação, os estudos evidenciam a circulação, apropriação, saberes e culturas escolares, assim como as práticas culturais.

Torna-se, por isso, fundamental as noções de representação e apropriação que permitem visualizarmos as práticas culturais presentes na sociedade brasileira e suas diferentes formas de manifestação. Por assim dizer, e entendendo o imaginário dentro desse bojo, considera-se que, tanto as representações quanto o imaginário consistem em, conforme Fonseca (2018, p. 63-64): “Sistemas de representações da ordem social, dos atores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc.), bem como das instituições sociais em particular as que dizem respeito ao exercício do poder” (FONSECA, 2018, p. 63-64).

Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Dentro desses estudos acerca de representações na História Cultural, destacam-se as abordagens realizadas por Roger Chartier que, somadas à História da Educação, evidenciam que as representações impressas aqui utilizadas trazem um projeto pedagógico em consonância com questões políticas e sociais que marcaram o contexto no período em que foi publicado.

Nesse sentido, o conceito de “representação” aqui estudado na perspectiva da História Cultural, consiste em compreender, segundo Chartier (1988, p. 16), que a “história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Assim, compreendemos que os impressos contribuem para as representações sociais e culturais que cada indivíduo vai construir, a partir da visão de mundo que foi adquirindo com a vivência e leituras tanto formais (letradas), como também das observações dos acontecimentos de uma sociedade em constante modificação. Ainda para Chartier (1988, p. 17):

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 1988, p. 17).

Deste modo, entendemos que o gênero perpassa as transformações ocorridas na política, na cultura e na sociedade, e assim, é representado conforme seu próprio tempo. O termo “gênero”, inclusive, passou a ser mais estudado após a renovação do campo historiográfico, a partir dos debates sobre a História das Mulheres, mais demarcada nos anos de 1970/1980. Dessa forma, Burke (1991), aponta que, por meio dos Estudos Culturais, se expandiu os estudos historiográficos com base na “história vista de baixo, ao renovar as correntes e os campos de pesquisa, multiplicando o universo temático, os objetos e as novas fontes; dentre elas, a história das mulheres.

Por isso, entendemos que a categoria “gênero” relacionada com suas representações no contexto aqui estudado, vai além de uma definição simplista. Como destaca Soihet (1997) “gênero” não se limita mais ao determinismo biológico de “sexo” e “diferença sexual”, desferindo-se o caráter fixo e permanente da oposição binária “masculino” versus “feminino”. Desse modo, é compreendido como o indício das construções sociais que se estabelecem.

Além da autora, Scott (1995, p. 75) expõe que “o gênero oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens”. Ou seja, o gênero

tem de ser compreendido como uma categoria analítica, considerando os processos, interrogando sobre como as coisas se construíram, e principalmente, por que se construíram de determinada maneira.

Isto significa que o gênero é, além de tudo, “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 18). Também “pode ser vista como uma construção de pensamento gerida de acordo com as demandas de um determinado grupo social” (FERREIRA, 2018, p. 136) e é representada conforme um projeto político e pedagógico que também se estabelece nesse meio. Ou seja, o gênero dentro de uma cultura evidencia papéis a serem desempenhados e lugares sociais prescritos, principalmente quando falamos de mulheres.

No entanto, quando se trata dos questionamentos sobre gênero nos contextos aqui estudados, é necessário considerar que essas discussões ainda estavam em sua fase mais embrionária. As designações propostas por Soihet (1997) e Scott (1995) só foram estudadas e aprofundadas durante as décadas de 1980 e 1990. Por isso, segundo Rago (1995), a conceituação de gênero só se aplica após essas décadas ao tratar-se do Brasil. Portanto, termos como “sexo” e “fêmea humana” aparecem nas fontes como um indicativo de gênero, uma vez que nesse contexto aqui estudado, tal ideia ainda era, em grande medida, muito vaga ou inexistente para boa parte da população.

As mulheres representadas na revista *Manchete* (1973)

Para compreendermos os projetos envolvidos na revista *Manchete*, não podemos deixar de analisar quais grupos a produziam, e/ou quais grupos poderiam ser os receptores da mensagem que *Manchete* queria transmitir. Embora essa segunda afirmação seja mais complexa de ser respondida, podemos estabelecer alguns possíveis receptores. Tais entendimentos são importantes porque o ato de ler não pode ser anulado do próprio texto (CHARTIER, 1992).

A revista circulou nacionalmente entre os anos de 1952 e 2007, representando um longo período. Foi fundada durante uma onda de efervescência da imprensa brasileira. Martins e Luca (2008, p. 123) retratam que durante os anos 1950 uma coerção editorial tomava conta da imprensa com nomes de periódicos e revistas que apoiavam o discurso anticorrupção brasileira. Já no “início dos anos 1960, o ex-presidente Juscelino Kubitschek ajudou a passar o bastão de prestígio e faturamento editorial para Adolpho Bloch e sua revista *Manchete*”.

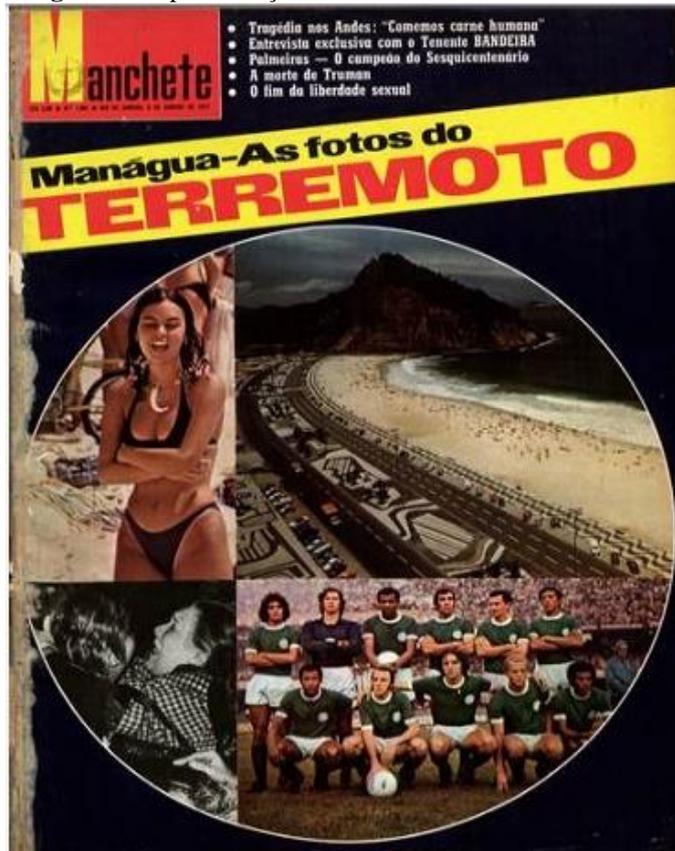
Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Nesse meio, fundada pelo grupo Bloch, especialmente por Adolpho Bloch, de família judia, nascido na Ucrânia, refugiado no Brasil após perseguições religiosas, a revista *Manchete* iniciou sua longa jornada no mercado editorial do país. Seu grande “destaque” era o incremento nas imagens e fotografias, a fim de se diferenciar de outros grandes nomes da época, como a revista *Realidade* (1966-1976). A revista investiu em nomes importantes da literatura, das artes gráficas, da fotografia e do jornalismo brasileiro (MARTINS, LUCCA, 2008). Ao expandir durante os anos 1970 e contar com um formato grande, *Manchete* passou a priorizar os temas políticos, justamente no período em que se afirmava como uma das revistas que mais detinham monopólio no jornalismo. Tendo como objetivo evidenciar e refletir o crescimento econômico do país e os seus aspectos considerados benéficos (MINADEO, 2021), a revista contava com apoio governamental para a sua expansão.

É válido ressaltar que a revista *Manchete* não era direcionada, de forma privilegiada, ao público feminino mas à sociedade, de modo geral. Por isso, os temas relacionados às mulheres nessa edição são um pouco conflitantes, ou melhor dizendo, contrastantes. Se por um lado, observamos a presença de alguns temas que fazem alusão às possibilidades de emancipação feminina, por outro estes vinham atrelados a uma crítica, mais ou menos explícita, que reforçava os estereótipos daquele período para as mulheres: a maternidade, a fragilidade, o “mundo privado”, entre outros.

Na edição selecionada para este artigo, já na capa da revista, notamos a chamada principal:

Figura 1: Capa da edição 1081 da Revista *Manchete*. 1973.



Fonte: Revista *Manchete* (1973), capa. Arquivo: Hemeroteca Digital.

Num primeiro momento, ao olharmos para a capa, percebemos que está escrito: “Manágua- as fotos do terremoto” em letra grande para destacar a importância do ocorrido. Mas debaixo dessa mesma escrita, a foto em maior destaque é a de uma mulher em trajes de banho, com corpo esculpido e sorrindo, enquanto a foto do terremoto (mesmo que a palavra esteja escrita na cor vermelha, demonstrando a importância e o alerta) não está presente na capa. A imagem que mais se destaca na capa da revista é a da mulher que, somada à escrita do terremoto, pode ser entendida como uma das representações do que a revista vendia sobre aquele perfil de mulher. As fotos nas revistas são baseadas em “convenções socialmente aceitas como válidas e, sendo assim, constituem um importante instrumento de análise do real” (MAUAD, 2008, p. 32). A mulher de corpo exposto, sorridente, livre, veio associada analogamente a um terremoto, a fonte destacada em caixa alta, tamanho maior que as outras e em vermelho sugere um alerta para o seu efeito devastador, assim como o terremoto, para a sociedade.

Além das imagens, cabe destacar a importância sobre o que está escrito em uma revista, o que também permite inferir acerca dos projetos pedagógicos ali veiculados. Nesse caso, nos chama a atenção a matéria principal da revista, intitulada “O fim da liberdade sexual”. Ao

entrevistarem o historiador Arnold Toynbee, apresentado como o “mais famoso historiador do mundo” (MANCHETE, 1973, p. 4), estratégia utilizada para reforçar o argumento de autoridade do entrevistado, a matéria alerta para o perigo do erotismo ceder para uma doutrina puritana. Mas, para quem seria essa medida extrema? Quem sofreria com o fim da liberdade sexual? As mulheres? Mas a elas nunca foi dada essa liberdade.

A imagem veiculada nessa matéria ocupa duas páginas cheias, com a representação de uma mulher vestida em trajes masculinos, a saber camisa e gravata, exalando sensualidade. Embora o entrevistado fosse uma autoridade, o texto que fala mais alto nessa matéria é o da imagem. O destaque para o vermelho é indicativo de perigo, sensualidade e da articulação entre ambos, o que poderia ser lido na chave “o perigo da sensualidade”, das mulheres. Ao exibir o menor sinal de sua sexualidade, as mulheres são interditas, expostas como a causa de todo o comportamento sexual irrefreado da espécie, sendo, portanto, necessário controlá-las, como atesta a matéria. No entanto, esse controle poderia pôr fim à liberdade sexual, dos homens. Uma faca de dois gumes.

A analogia com a indumentária masculina também remete à questão da igualdade de direitos, pleiteada pelos movimentos feministas dos anos 70, lida e representada pelos segmentos mais conservadores e reacionários como o desejo das mulheres de tomarem o lugar dos homens, estratégia utilizada como forma de produzir uma resistência e antipatia à pauta entre diversos segmentos sociais. Essa igualdade com os homens será retomada posteriormente.

Figura 2: Matéria intitulada: “O fim da liberdade sexual”.



Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Não é de hoje que a sexualidade está no centro de nossas preocupações. [...] a sexualidade sempre representou um problema difícil de se resolver. Isto se deve à própria ambiguidade da natureza humana. De um lado, nós temos, como os animais, instintos e pulsões sexuais; de outro, nossa vida possui um aspecto espiritual, cujas exigências são incompatíveis com o abandono puro e simples a nossos instintos. A tensão criada entre esses dois aspectos da natureza humana é tanto maior quanto, no plano animal, nossa vida sexual não é regulada naturalmente [...] A fêmea só é sexualmente ativa durante alguns períodos determinados, ao passo que a fêmea humana o é constantemente. Mais uma razão para que os humanos tenham sempre se esforçado para regulamentar, de uma maneira ou de outra, a vida sexual (MANCHETE, 1973, pp. 4-5).

Neste trecho, notamos que a liberdade sexual em oposição à regulamentação sexual é posta em destaque, evidenciando também o papel do mundo espiritual e da mulher. A mulher, ali colocada como “fêmea humana”, é enxergada como a que detém pulsões sexuais a todo momento e, como resultado, os seres humanos tiveram de regulamentar seus impulsos sexuais. Isto é, a causa para a regulação sexual ocorre, para o entrevistado, em função das mulheres, é derivada da necessidade de controlá-la.

Esse tema ganha relevo face aos acontecimentos dos anos de 1970 relacionados ao movimento feminista, e em decorrência disso, quando imersas num contexto de profundas transformações tiveram funções adquiridas pelo corpo e pela imagem e passaram a reverberar a massificação de modelos estéticos” (FERREIRA, 2018, p. 45) como ressaltado pela imagem da mulher sensual ao lado da reportagem.

A partir disso, entendemos que as revistas, como outros impressos, estão diretamente ligada a projetos culturais e sociais e econômicos e possuem uma função pedagógica de educar a população pela leitura, seja pelos textos escritos ou imagéticos veiculados em seu interior. Para Paula (2018, p. 18), “os impressos ao circularem na sociedade, produzem conhecimentos, motivam debates, além de serem instrumentos que inculcam valores e difundem ideias”, incluindo as representações de mulher.

Na página seguinte, há outra uma matéria sobre o tema proposto anteriormente, intitulada “Os assalariados são os maiores inimigos dos hippies”. Ela demonstra a hipocrisia reinante nos E.U.A., porque, ao mesmo tempo em que os burgueses² são contrários à nudez dos hippies, aplaudem as misses seminuas em concursos de beleza. Assim, a matéria afirma que “a

² Burguês aqui, faz alusão ao homem branco e de classe média que passou a ganhar destaque como modelo de vida nos Estados Unidos da América durante a expansão do capitalismo. Durante os anos 1960, tal modelo de vida era justamente o oposto do modelo proposto pelos hippies (HOBSBAWM, 1994).

Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

liberdade sexual marca a decadência de uma certa burguesia liberal [...] e também a entrada de uma era pós cristã” (MANCHETE, 1973, p. 6). A reportagem afirma:

A mocidade de hoje afirma: “nossos predecessores não valiam mais do que nós, mas pretendiam o contrário. Nós não temos nenhuma pretensão desse tipo; simplesmente fazemos abertamente o que eles faziam escondido”. Esta revolta apresenta também um aspecto negativo. Não é apenas a hipocrisia em si mesma que é rejeitada, mas, a rigor, é toda e qualquer regulamentação da vida sexual que se contesta. [...] Convém lembrar que quando abandonamos toda e qualquer regulamentação, praticamente deixamos de ser humanos, sem por isso reassumirmos a condição de animais inocentes. Ficamos sendo o que, então? Uma espécie de monstros, nem homens nem animais (MANCHETE, 1973, p. 6).

Por meio dessa afirmação fica evidente a necessidade da regulamentação dos corpos, o controle que se deve ter quanto aos assuntos sexuais, trazidos nesses discursos (ORLANDI, 2001). Caso não o haja, o ser humano não é mais considerado um “ser humano”, mas um animal ou pior, um “monstro”, como afirma a matéria.

Nesse contexto, e em oposição ao controle dos corpos, cabe destacar a importância da contracultura dominante nos EUA e aqui no Brasil. Segundo Barros (2017, p. 99):

A revolução sexual tinha como mote o descondicionalismo às premissas da sociedade capitalista, tecnocrática e patriarcal que na esteira dos movimentos contraculturais dos anos 60 ganharam nuances específicas no Brasil [...] assuntos que envolviam a sexualidade dentro de uma perspectiva social, frisando a necessidade de uma sociedade equilibrada, em que as concepções do feminino e masculino fossem finalmente transcendidas e superadas (BARROS, 2017, p. 99).

Isto demonstra as agitações dos anos 1970, marcadas pela contracultura dos EUA, que objetivavam novos modelos de vida, desapegados do sistema operante no mundo - o capitalismo e seus ideais dominantes (HOBSBAWM, 1994) -, e que apregoavam a liberdade sexual como “progresso”.

Porém, mesmo que a revista traga temas “progressistas” ligados à contracultura, como a própria liberdade sexual, seu projeto político e educacional não é um projeto progressista (propriamente dito), mas com contornos fortemente conservadores, dicotomia presente no Brasil dos anos 1970. Projeto este que, englobava questões políticas e sociais e utilizava a revista para a formação de seus leitores.

Em outra matéria, embora haja um destaque à pílula anticoncepcional e a emancipação da mulher, o acento crítico vinha acompanhado de um ceticismo com sentido deslegitimador em relação a esses avanços, quando afirma: “isto não vai durar muito” (MANCHETE, 1973, p.

Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

9). Isso porque, como evidência o escritor, há coisas inatas no ser humano que a ciência e o progresso não podem mudar, como acontece com o sentimento materno, algo, segundo ele, inato à toda mulher como o ato de ser mãe.

Figura 3: matéria intitulada: “Se a virgindade perdeu atualmente seu valor é que as mulheres estão agora iguais aos homens. Mas isto não vai durar muito tempo”.



Revista Manchete (1973), p. 8-9. Fonte: Hemeroteca Digital.

Como se pode se ler:

Não creio que os progressos da ciência, por mais espetaculares que venham a ser, possam suprimir realmente o sentimento materno. Mas acredito que esse sentimento possa ser desviado, recalcado, e que isto venha a provocar grandes frustrações nas mulheres, pois se trata de um instinto nato (MANCHETE, 1973, p. 9).

Cabe destacar que em uma das fotografias, abaixo dessa reportagem, há a representação de uma mulher seminua em cima de um carro, com a seguinte legenda: “uma boa mulher e um carro novo são as aspirações da maioria dos cidadãos” (MANCHETE, 1973, p. 8), evidenciando a objetificação desse perfil de mulher, comparada a um carro, objeto de desejo e consumo. É digno de nota que o mesmo adjetivo “boa mulher” não foi utilizado para a imagem acima, que

Notandum, ano XXVI, 2023 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

sugere uma jovem mãe, assim como esta também não foi associada à ideia de consumo, o que marca as diferenças de representações produzidas pela revista sobre as mulheres.

Curiosamente, como destaca Pinsky (2015), a ideia da maternidade sempre foi associada ao gênero feminino, assim como a docilidade, a fragilidade e a delicadeza. Uma “boa” mulher naquele contexto era a que possuía tais características, as quais faziam parte desse projeto político e pedagógico que a Revista *Manchete* demonstrava e buscava para educar socialmente a população e que já vinha de anos anteriores, como os anos 1950. Para Pinsky (2015, p. 609-610):

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres [...] A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas da feminilidade, enquanto iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse seus caminhos estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que as outras pessoas fossem felizes.

Desse modo, embora os temas fossem progressistas, as matérias apresentavam conteúdo fortemente conservadores, retratando parte do pensamento social do Brasil naquele momento. Temas expostos como a maternidade, a pílula anticoncepcional e a liberdade sexual feminina são retratadas na revista, mas não ao acaso. O projeto político, social, cultural e pedagógico da revista, mesmo que indiretamente, focava nos papéis que as mulheres tinham de desempenhar, criticando fortemente as diversas representações que se afastavam desse modelo idealizado.

A ambiguidade dos títulos das matérias, no entanto, sugere que a revista trazia ideais de progresso e liberdade, mas para contestá-los. Pode-se considerar que essas duas faces não estão separadas do contexto histórico, social, político e cultural que o país atravessava. Os anos de 1970 são marcados por várias contradições. Desde o “milagre econômico” x alto índice de pobreza, bem como o discurso do governo de “liberdade” x práticas de violência e repressão, dentre outros binarismo extremos.

Para Schwarcz e Starling (2015, p. 377):

A performance de crescimento seria indiscutível, porém o milagre tinha explicação terrena. Misturava, com a repressão aos opositores, a censura aos jornais e demais meios de comunicação, de modo a impedir a veiculação de críticas à política econômica, e acrescentava os ingredientes da pauta dessa política [...] (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 377).

Isto nos mostra que os anos 1970 não conferiam muitas oportunidades de críticas ao governo ou ao modelo que ele buscava propagar, o que nos permite indagar até que ponto a

pauta conservadora da *Manchete* refletia o pensamento de seus editores ou era uma estratégia de alinhamento com o regime a fim de escapar da censura e de outras sanções típicas da ditadura civil-militar, com ressaltam Schwarcz e Starling (2015).

É preciso lembrar a origem religiosa judaica do grupo Bloch, que tem uma forma de organização na qual a mulher é fortemente secundarizada e interdita ao prazer. Deste modo, a articulação do conservadorismo religioso do grupo pode ter encontrado eco nos valores propagados pelos militares produzindo uma afinidade de pensamento em relação às temáticas veiculadas na revista sobre questões relacionadas às mulheres.

A libertação sexual, a descoberta da pílula anticoncepcional, a paz, o amor e a liberdade que eclodem na década de 1970 são elementos opostos a um projeto político, cultural e educacional que objetivava a conservação dos valores tradicionais da família e da moral religiosa. Segundo Barros,

A nova era marcada pelo advento da pílula anticoncepcional (o que simbolizava para as mulheres, o sexo não apenas para a procriação, mas para o prazer), das comunidades em detrimento da família tradicional, da “curtição” em contraponto ao casamento monogâmico e do prazer em detrimento à ânsia de poder propagada pelo sistema capitalista, foram algumas das propostas contraculturais relacionadas ao campo da sexualidade. A necessidade de se combater todas as formas de poder e opressão advindas da sociedade patriarcal estabeleceu a interseção com o movimento feminista. Podemos afirmar que o feminismo foi e é uma contracultura em seu discurso intelectual, filosófico e político na busca da equidade de gênero (BARROS, 2017, p. 103).

Dessa forma, podemos entender que a revista cedia espaço para os temas emergentes, talvez como estratégia editorial voltada para atrair leitores diversos, mas reforçava a organização da sociedade brasileira calcada em valores conservadores, se posicionando contrariamente aos avanços sociais e culturais, especificamente aqueles resultantes do movimento feminista em relação à liberdade das mulheres.

Considerações finais

Os impressos são fontes históricas que possibilitam realizarmos um retorno no tempo, contextualizarmos, na visão do (a) historiador (a) da educação, questões que retratam a realidade vivenciadas pelos autores, editores e toda uma equipe que contribui para a construção do projeto pedagógico com a intencionalidade de alcançar determinados públicos. Também pode mostrar, ensinar, forjar um leitor crítico ou, em algumas situações, um leitor reprodutor

das representações sociais, sem construir a sua própria a partir dos questionamentos que surgem ao realizar a leitura de uma revista, como, por exemplo, a *Manchete*.

Essas representações sociais da época em que nos dedicamos a pesquisar e repensar a leitura, não são totalmente isentas da formação que construímos enquanto sociedade e da construção política na qual estamos inseridos. Por isso, não podemos analisar esses impressos nos desvinculando de seus contextos históricos, políticos e sociais, uma vez que os projetos políticos e pedagógicos estão relacionados com esses elementos.

O (a) historiador (a) da educação, ao analisar o passado com suas vivências atuais, consegue fazer uma análise e ter percepções que na época, talvez, para alguns grupos não estivessem tão claras como os projetos políticos de organização da sociedade e as disputas narrativas em torno de algumas questões, como as de gênero, por exemplo.

Além disso, nas revistas que, muitas vezes, passavam despercebidas na área historiográfica, é possível encontrar elementos primordiais para compreendermos a sociedade, a cultura, a política e as representações de um contexto em específico, como é o caso da revista *Manchete*.

Embora se dispusesse a tratar de temáticas emergentes relacionadas às mulheres nos anos de 1970, como a liberdade, pílula anticoncepcional e aborto, o discurso era execrável. O corpo feminino era representado como objeto de desejo, por isso mesmo, perigoso, devendo ser interdito, controlado pela sociedade. Os discursos textuais vinham respaldados por algum especialista; mas eram os imagéticos que falavam mais alto, fazendo analogias que sugeriam a idealização ou rejeição de determinadas representações de mulheres ou de suas pautas pelos leitores.

Podemos, a partir disso, entender que as revistas cumpriram uma função de educação social e cultural, sendo, portanto, fontes fundamentais para compreendermos a produção e veiculação de representações por diferentes públicos e gerações.

Nos anos 1970, no auge do movimento feminista, os estereótipos veiculados em algumas revistas sobre as mulheres que se identificavam com suas agendas, designadamente a revista *Manchete* estudada neste artigo em uma de suas edições, defendiam maior controle social. As mulheres que, de algum modo, representassem uma ameaça aos padrões morais da época tornavam-se fortes alvos de crítica e responsabilizadas por desestabilizar o que se preconizava como ordem natural, justificando maior controle de seus corpos e sexualidade. Ao mesmo tempo, a revista as usava como objeto de desejo do público leitor masculino. Interdição, negação, silenciamento, deslegitimação, objetificação são algumas práticas que, não obstante

os avanços que tivemos de lá para cá, ainda perduram sobre as mulheres que defendem seu direito de existir com liberdade até hoje.

Referências

BARROS, Patrícia M. de. A Revolução Sexual nos anos 70 e o pensamento contracultural de Rose Marie Muraro. **Revista Nupem [online]**, Campo Mourão, v. 9, n. 18, p. 98-108, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5533>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a escola dos Annales (1929-1989). São Paulo, ed. Universidade Estadual Paulista, 1991

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 11(5), 1991.

CHARTIER, Roger. **1988 e Cornell University Press**, 1982; Editions du Centre Georges Pompidou, 1987; Editions FlammaFion, 1985; Institute de Cultura Portuguesa, 1987; Editions Gamier et Freres, 1986; Promodis, 1984; Pergamon Press, 1986; Ecole Française de Rome, 1985.

FERREIRA, Bruna B. Gênero e memória: representações do feminino e a enciclopédia da mulher (1950-1970). **Revista História e Cultura**, Franca, v. 7, n. 1, p. 134-159, jan./jul. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/2339/0>> Acesso em: 20 jul. 2022.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX - 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARTINS, Ana L. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. **História**, São Paulo, n. 22, v. 1, 2003, p. 59-79. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/hfh9gT9z3D3YPCYDRy9yswm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MARTINS, Ana L.; LUCA, Tania R. (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUAD, Ana M. **Poses e flagrantes**: ensaios sobre História e Fotografias. Niterói: Eduff, 2008.

MINADEO, Roberto. Revista *Manchete*: trajetória de um grupo de mídia nacional. **Congresso Nacional de Administração**, 18, 2021, São Paulo. Disponível em: <https://convibra.org/publicacao/26891/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2001.

Notandum, ano XXVI, 2023
CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Orlando, Evelyn de Almeida. “**Educar-se para educar**”: o projeto pedagógico do **Monsenhor Álvaro Negromonte dirigido a professoras e famílias através de impressos** (1936-1964). Evelyn de Almeida Orlando. – 2013.

PARK, Margareth Brandini. **Histórias e Leituras de Almanques no Brasil**. São Paulo. FAPESP.1999

PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. 2ª ed.

PINSKY, Carla B. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 607-639.

RAGO, Margareth. As mulheres na Historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia L. (org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: Unesp, 1995. Disponível em: https://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margarethas_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf . Acesso em: 09 abr. 2020.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667&ved=2ahUKEwjtpf15sL5AhWIDbkGHfK5BwcQFnoECA4QAQ&usg=AOvVaw2gha5eeaPFELvHEWJwSoxm> Acesso em: 18 jul. 2022.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, R. Domínios da História: Ensaio sobre Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997. 5ª ed.

Fonte Histórica

MANCHETE. Manágua: as fotos do Terremoto. São Paulo: Bloch Editores, 1973. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: vários acessos.